

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA AEGEA INVESTIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**AEGEA INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade anônima, constituída sob as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.744, andar 8º, sala 20, Edifício Olívia Fernandes, CEP 01451-910 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 15.385.166/0001-40, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora”); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a “Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”).

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

**EQUIPAV S/A PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO**, sociedade anônima, constituída sob as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 06, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.083.754/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Equipav”);

**SONIA TEREZINHA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**, brasileira, viúva, portadora da carteira de identidade nº 3.869.565-0, expedida pela SSP/SP inscrita no CPF/MF sob o nº 063.807.228-07, residente e domiciliada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Sônia”);

**ANDREIA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**, brasileira, divorciada, portadora da carteira de identidade nº 15.852.995-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 087.302.718-35, residente e domiciliada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Andreia”);

**ROBERTA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº 15.852.997-2, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 079.714.138-31, residente e domiciliada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Roberta”);

**LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 15.852.994-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.278.678-40, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Luis”);

2  
40  
7  
10

**RICARDO EUGENIO DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 5060755460 (CREA) expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, inscrito no CPF/MF sob nº 184.312.118-22, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Ricardo");

**DALILA CLEOPATH CAMARGO BOTELHO DE MORAES TOLEDO**, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº 2.368.767-8, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 027.786.808-45, residente e domiciliada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dalila");

**SÉRGIO LUIS BOTELHO DE MORAES TOLEDO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 9.754.078-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.999.278-26, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Sérgio");

**JOSÉ CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 4.430.031, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.879.938-21, residente e domiciliado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("José");

**MARIANA COELHO DE MORAES TOLEDO**, brasileira, casada sob o regime da separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade nº 24.635.635-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 254.798.098-30, residente e domiciliada Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, conjunto 71, sala 13, Bairro Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Mariana e, em conjunto com Equipav, Sonia, Andreia, Roberta, Luis, Ricardo, Dalila, Sérgio, José, como "Intervenientes Garantidoras" e, as Intervenientes Garantidoras em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, "Partes").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Aegea Investimentos S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (conforme alterada, a "Instrução CVM 476") serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 22 de abril de 2015 ("AGE"), na qual foram deliberadas e aprovadas a Emissão e suas condições, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2 A Fiança (conforme definida abaixo) prestada pelas Intervenientes Garantidoras foi, no caso da Equipav, devidamente aprovada e autorizada em Assembleia Geral Extraordinária da Equipav, realizada em 22 de abril de 2015 ("AGE Equipav") e a as Garantias Reais (conforme definidas abaixo) prestadas pela Emissora foram devidamente aprovadas e autorizadas pela AGE.

## 2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the number 2 and various initials.

## 2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Diário Comercial de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A ata da AGE Equipav de que trata a Cláusula 1.2 acima foi devidamente arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal O Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro pela Emissora perante a JUCESP em até 10 (dez) dias úteis contados da data de respectiva assinatura, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, serem enviados no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, pela Emissora ao Agente Fiduciário, observadas, ainda, as disposições da Cláusula 2.1.2.2 abaixo.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão apresentados para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo e (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (em conjunto, os "Cartórios"), em até 10 (dez) dias úteis da data de respectiva assinatura. Em até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de assinatura da Escritura ou aditamento, conforme aplicável, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada da presente Escritura ou do aditamento celebrado, conforme aplicável.

## 2.1.3 Dispensa do Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

## 2.1.4 Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1 A Oferta será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, estando referido registro condicionado à expedição de regulamentação específica de Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código ANBIMA, até o encerramento da Oferta.

## 2.1.5 Registro dos Contratos de Garantia

2.1.5.1 Os Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo) deverão ser levados a registro nos competentes cartórios, conforme nele dispostos, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973

2

do

3

10

3

10

(conforme alterada, a "Lei de Registros Públicos"), nos prazos e condições previstos em tais Contratos de Garantia.

### 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades.

#### 3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Emissão é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

#### 3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

#### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

#### 3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 140.000 (cento e quarenta mil) Debêntures.

#### 3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

#### 3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados (a) ao resgate antecipado das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora; e (b) para capital de giro da Emissora.

#### 3.8 Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.8.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 a 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the number 4 and various initials.

operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (conforme alterada, a "Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3 Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.8.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, que poderá acessar até, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 2ª Emissão da Aegea Investimentos S.A." ("Contrato de Colocação").

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large 'W' and various initials and numbers.

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 30 de abril de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas (i) as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo; e (ii) a hipótese de resgate antecipado facultativo total prevista na Cláusula 5.2 abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares e certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.1.7 *Conversibilidade*

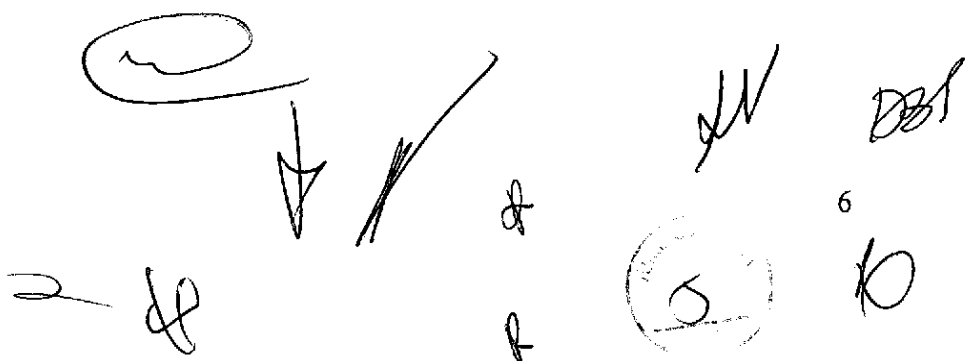
4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

**4.2 Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento**

4.2.1 *Prazo de Subscrição e Integralização*

4.2.1.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as normas de liquidação previstas pela CETIP, considerando-se o preço unitário com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.1.2 As Debêntures não estão sujeitas a qualquer atualização monetária.



### 4.3 Direito de Preferência

4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

### 4.4 Remuneração

#### 4.4.1 Juros Remuneratórios

4.4.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidas de uma sobretaxa de 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão, ou data do pagamento de juros imediatamente anterior, e paga ao final de cada Período de Capitalização, nos termos da Cláusula 4.4.1.2 abaixo (“Juros Remuneratórios”). Todas as Debêntures desta Emissão deverão ser subscritas e integralizadas em uma única data.

4.4.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo primeiro pagamento em 30 de julho de 2015, conforme tabela abaixo, sendo cada data uma Data de Pagamento da Remuneração:

| Datas de pagamento de Juros Remuneratórios |
|--|
| 30 de julho de 2015                        |
| 30 de outubro de 2015                      |
| 30 de janeiro de 2016                      |
| 30 de abril de 2016                        |
| 30 de julho de 2016                        |
| 30 de outubro de 2016                      |
| 30 de janeiro de 2017                      |
| 30 de abril de 2017                        |
| 30 de julho de 2017                        |
| 30 de outubro de 2017                      |
| 30 de janeiro de 2018                      |
| 30 de abril de 2018                        |
| 30 de julho de 2018                        |
| 30 de outubro de 2018                      |
| 30 de janeiro de 2019                      |
| 30 de abril de 2019                        |
| 30 de julho de 2019                        |
| 30 de outubro de 2019                      |
| 30 de janeiro de 2020                      |
| 30 de abril de 2020                        |
| 30 de julho de 2020                        |
| 30 de outubro de 2020                      |
| 30 de janeiro de 2021                      |

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large circular stamp and various initials.

30 de abril de 2021 (Data de Vencimento)

4.4.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

“J” Valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” Valor Nominal Unitário (ou saldo Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros” Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

“Fator DI” Produtório das Taxas DI-Over<sub>k</sub>, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

“n” Número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI” em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“K” Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“TDI<sub>k</sub>” Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

“DI<sub>k</sub>” Taxa DI-Over de ordem divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

“FatorSpread” sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page, including a large signature on the right and various initials and marks.



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

"spread" 3,3000 (três inteiros e três décimos);

"DUP" Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + \text{TDI}_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;
- (vi) O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.4.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) no prazo de até 2 (dois) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.4.1.5, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones and initials below.

remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.4.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) observadas as disposições aplicáveis da Cláusula 5.2 abaixo, a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) observadas as disposições aplicáveis da Cláusula 5.2 abaixo, especialmente no que concerne à mecânica de sorteio estabelecida na Cláusula 5.2.4, a Emissora resgatará antecipadamente, por meio de resgates antecipados parciais, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo médio remanescente das Debêntures e a Data de Vencimento. Durante cronograma de resgate antecipado parcial das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.4.1.8 As Intervenientes Garantidoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.4.1.4 a 4.4.1.7 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Intervenientes Garantidoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

#### 4.5 Repactuação

4.5.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.6 Amortização

4.6.1 O Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado, de forma trimestral, em parcelas sucessivas, pela Emissora a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de abril de 2018, conforme tabela abaixo, salvo no caso de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo e amortização parcial extraordinária obrigatória, conforme definidos nas Cláusulas 5.2, 5.3 e 5.4 desta Escritura.

| Datas de Amortização                     | Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures |
|--|--|
| 30 de abril de 2018                      | 7,6900%  |
| 30 de julho de 2018                      | 8,3300%  |
| 30 de outubro de 2018                    | 9,0900%  |
| 30 de janeiro de 2019                    | 10,0000%   |
| 30 de abril de 2019                      | 11,1100%   |
| 30 de julho de 2019                      | 12,5000%   |
| 30 de outubro de 2019                    | 14,2900%   |
| 30 de janeiro de 2020                    | 16,6700%   |
| 30 de abril de 2020                      | 20,0000%   |
| 30 de julho de 2020                      | 25,0000%   |
| 30 de outubro de 2020                    | 33,3300%   |
| 30 de janeiro de 2021                    | 50,0000%   |
| 30 de abril de 2021 (Data de Vencimento) | Saldo  |
| <b>Total</b>                             | <b>100,0000%</b>   |

#### 4.7 Condições de Pagamento

##### 4.7.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.7.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature with a checkmark in the center, and initials "DBI" and "11" on the right.

por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.7.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.7.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

#### 4.7.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário nos Municípios de São Paulo, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.7.3 *Encargos Moratórios*

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, independente de notificação judicial ou extrajudicial, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.7.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou até as datas de amortização definidas na Cláusula 4.6.1 desta Escritura.

#### 4.8 **Publicidade**

4.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo, jornal de grande circulação usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e

os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário e à CETIP a respeito de qualquer publicação em até 05 (cinco) dias úteis da data da sua realização, sendo certo, ainda, que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis, informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### 4.9 Garantia Fidejussória

4.9.1 Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, pecuniárias ou não, presentes e futuras, assumidas nesta Escritura, e nos demais documentos da Emissão, as Intervenientes Garantidoras prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; (ii) todos os acessórios e principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais, extrajudiciais e/ou verbas indenizatórias, quando houver, desde que tais custos ou despesas tenham se mostrado necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e tenham sido devidamente comprovados à Emissora, bem como despesas com Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário, Banco Liquidante e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas").

4.9.2 Todo e qualquer pagamento realizado pelas Intervenientes Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.9.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pelas Intervenientes Garantidoras em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ou de qualquer dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça, às Intervenientes Garantidoras, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.4 As Intervenientes Garantidoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras das Obrigações Garantidas, solidariamente responsável com a Emissora, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.9.5 Fica facultado às Intervenientes Garantidoras efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelas Intervenientes Garantidoras.

4.9.6 As Intervenientes Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.9.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por quaisquer das Intervenientes Garantidoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.8 As Intervenientes Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que as Intervenientes Garantidoras obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.9.9 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral, efetivo e irrevogável pagamento das Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.9.10 As Intervenientes Garantidoras declaram e garantem, conforme aplicável, que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.9.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob qualquer hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e as Intervenientes Garantidoras.

#### 4.10 Garantias Reais

4.10.1 Para assegurar o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, serão concedidas as seguintes garantias reais em favor dos titulares das Debêntures (em conjunto, as "Garantias Reais"), representados pelo Agente Fiduciário:

(i) penhor, em primeiro grau, de ações equivalentes a 21,00% (vinte e um por cento) do capital social total da Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea Saneamento"), detidas pela Emissora, nos termos do "Contrato de Penhor de Ações em 1º Grau" celebrado na presente data sob a condição suspensiva descrita em tal instrumento, entre a Emissora, a Aegea Saneamento e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor de Ações");

(ii) cessão fiduciária de (a) recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela Aegea Saneamento à Emissora com relação às ações empenhadas no âmbito do Contrato de Penhor de Ações; (b) direitos creditórios oriundos da conta corrente mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A., agência 8541, número 14810-5 ("Conta Vinculada"), bem como de quaisquer investimentos realizados com recursos depositados na Conta Vinculada; e (c) dos recebíveis que sobejarem à excussão da garantia outorgada pela Emissora no âmbito do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações", celebrado em 6 de agosto de 2012, devidamente aditado em 23 de setembro de 2013, 24 de outubro de 2013, 06 de dezembro de 2013 e 05 de fevereiro de 2014 entre a Aegea Saneamento, o Agente Fiduciário, Emissora, o Saneamento 100% Fundo de Investimento e o International Finance Corporation – IFC ("IFC"), nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, celebrado na presente data, sob condição suspensiva descrita em tal instrumento, entre a Emissora, o 100% Saneamento Fundo de

Investimento em Participações, o Agente Fiduciário, o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco centralizador ("Banco Centralizador"), e a Aegea Saneamento ("Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Vinculada/Excesso");

(iii) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da conta corrente mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A., agência 8541, número 14811-3 ("Conta Reserva"), bem como de quaisquer investimentos realizados com recursos depositados na Conta Reserva nos termos do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, celebrado na presente data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Centralizador ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Conta Reserva") e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Vinculada/Excesso, os "Contratos de Cessão Fiduciária", os quais, quando em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, são referidos como "Contratos de Garantia").

4.10.2 A Garantia Fidejussória prevista na Cláusula 4.9 acima e as Garantias Reais previstas nesta Cláusula 4.10 serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures, de forma *pari passu* e *pro rata*, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão.

4.10.3 Fica desde já certo e ajustado que não obstante a garantia real prevista no item (iii) acima deva ser constituída pela Emissora antes da integralização das Debêntures, esta terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data de liquidação das Debêntures para concluir a formalização das demais garantias reais previstas nos itens (i) e (ii) acima por meio de cumprimento da condição suspensiva prevista nos Contratos de Garantia aplicáveis.

#### 4.11 **Conta Reserva e Liberação dos Recursos**

4.11.1 A Emissora deverá constituir, até a Data de Emissão, a Conta Reserva, cuja movimentação será realizada exclusivamente pelo Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Reserva.

4.11.1.1 A Conta Reserva deverá ter saldo mínimo de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), recursos estes que deverão permanecer integralmente retidos na Conta Reserva desde a data de integralização das Debêntures e durante o prazo integral de vigência da Emissão.

4.11.1.2 A Emissora somente poderá utilizar o saldo existente da Conta Reserva para amortizar as parcelas do Valor Nominal Unitário e de Juros Remuneratórios devidas na Data de Vencimento ou nas hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade das Debêntures ou (ii) no Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures.

### 5. **DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO, DA AMORTIZAÇÃO PARCIAL EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### 5.1 **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii)

permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

## 5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A partir do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão, as Debêntures poderão ser total ou parcialmente resgatadas, a critério da Emissora, por meio de envio de comunicado ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP com 05 (cinco) dias corridos de antecedência, nos quais deverão constar: (a) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (b) a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (c) menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ou que sejam relevantes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.2.2 O valor de resgate devido pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures sujeitas a tal Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios, até a data do efetivo resgate, acrescido de prêmio *flat* sobre tal valor, conforme tabela a seguir:

| Prazo Decorrido   | Valor do Prêmio |
|---|-----------------|
| 30 de abril de 2016, inclusive, a 30 de abril de 2017, exclusive. | 2,00%           |
| 30 de abril de 2017, inclusive, a 30 de abril de 2018, exclusive. | 1,75%           |
| 30 de abril de 2018, inclusive, a 30 de abril de 2019, exclusive. | 1,25%           |
| 30 de abril de 2019, inclusive, a 30 de abril de 2020, exclusive. | 1,00%           |
| 30 de abril de 2020, inclusive, a Data de Vencimento, exclusive.  | 0,75%           |

5.2.3 O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

5.2.4 Caso a Companhia opte pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sendo certo que todas as etapas desse processo tais como habilitação, apuração, validação e quantidades serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

## 5.3 Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória

5.3.1 A Emissora deverá realizar amortização parcial extraordinária obrigatória, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, caso seja verificado Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora (conforme abaixo definido) inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), porém superior a 1,0 (um inteiro) ("Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória").



5.3.1.1 A Emissora obriga-se a realizar Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória no montante equivalente à diferença entre (i) o valor de dividendos que deveria ter sido pago pela Aegea Saneamento à Emissora para que o Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora atingisse o mínimo exigido de 1,3 (um inteiro e três décimos); e (ii) o valor dos dividendos efetivamente pagos pela Aegea Saneamento à Emissora.

5.3.1.2 A Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória deverá ser realizada pela Emissora em até 20 (vinte) dias úteis contados da verificação, pela Emissora, do Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) e superior a 1,0 (um inteiro), sendo que, em tal data de verificação do Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, informando-o acerca (i) do Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora apurado, acompanhado de memória de cálculo que possibilite ao Agente Fiduciário acompanhar a informação prestada pela Emissora; (ii) do montante apurado pela Emissora para realização da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória, incluindo o valor total a ser amortizado em relação a cada uma das Debêntures.

5.3.1.2.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, da notificação disposta na Cláusula 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá se manifestar acerca da notificação encaminhada pela Emissora, para que a Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória seja realizada pela Emissora dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis nos termos acima dispostos.

5.3.2 Observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1 e subitens acima, e respeitado o prazo estabelecido na Cláusula 5.3.1.2 acima, a Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória somente poderá ocorrer mediante envio de comunicado dirigido aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, à CETIP e ao Escriturador Mandatário, acerca da promoção da referida Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória ("Comunicação de Amortização Antecipada Extraordinária"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data prevista para a realização da efetiva Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória ("Data da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória"). A Data da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória deverá ser obrigatoriamente um dia útil.

5.3.2.1 Na Comunicação de Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória deverá constar: (a) a data da efetiva Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória; (b) menção ao valor da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória.

5.3.3 Por ocasião da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento do percentual aplicável, calculado nos termos da Cláusula 5.3.1.1 acima, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a efetiva data de Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória.

5.3.4 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva amortização também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

#### 5.4 Vencimento Antecipado

##### 5.4.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1 Os titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, automaticamente ou por meio de

2

17

10

Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário os saldo do valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão das Debêntures, ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- I. nos casos abaixo, automática e independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas e caso não sanados nos respectivos prazos de cura, se e conforme aplicável, acarretando o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nestes casos, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido nos termos da Cláusula 5.4.2 abaixo.
  - (i) não pagamento pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanado pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras por período superior a 1 (um) dia útil contados da data do respectivo vencimento;
  - (ii) insuficiência das garantias prestadas no âmbito da Emissão nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, que não seja sanada na forma e prazo estabelecido pela totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para tal fim;
  - (iii) não cumprimento da condição suspensiva prevista no Contrato de Penhor de Ações e no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada/Excesso;
  - (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), incluindo, sem limitação, operações de mercado de capitais, locais e internacionais, em valor individual ou agregado, aplicável à Emissora ou às Intervenientes Garantidoras, sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA") a partir da Data de Emissão;
  - (v) descumprimento, pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora ou contra as Intervenientes Garantidoras, que condene a Emissora ou as Intervenientes Garantidoras ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, exceto se no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data fixada para pagamento, os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;
  - (vi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou Intervenientes Garantidoras das obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, exceto se previamente aprovada pela totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para tal fim;
  - (vii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora ou da Equipav que resulte na transferência do controle direto ou indireto da Emissora ou da Equipav, sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, manifestada em assembleia especialmente

convocada para este fim. Entende-se por "controle direto" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto caso tal cisão, incorporação, incorporação de ações ou alteração na composição societária seja realizada entre empresas pertencentes ao "Grupo Econômico da Emissora", assim entendido como todas as empresas controladas direta ou indiretamente pelos Controladores Indiretos. Além disso, para fins desta Escritura, são considerados "Controladores Indiretos", as sociedades LIV Participações e Empreendimentos Ltda. e Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.;

- (viii) venda, cessão alienação de ações ou qualquer forma de reorganização societária que resulte em diminuição da participação, direta ou indireta, da Emissora em suas Controladas Operacionais Relevantes (conforme abaixo definidas), sem prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para tal fim;
- (ix) exceto se de outra forma previamente aprovado pela totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia geral de Debenturistas para tal fim, descumprimento do seguinte *covenant* financeiro da Emissora auferido em base semestral e anual a partir das demonstrações financeiras da Aegea Investimentos não auditadas de 30 de junho e auditadas de 31 de dezembro de cada ano e a serem respectivamente acompanhados pelo Agente Fiduciário por meio de declaração emitida pelo diretor financeiro ou, na ausência deste, representante legal devidamente responsável por representar a Emissora no âmbito de suas obrigações financeiras, acompanhada de memória de cálculo, em até 10 (dez) dias úteis contados (a) da emissão dos balanços semestrais não auditados da Emissora, sendo certo que tais balanços semestrais deverão ser apresentados pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua emissão; e (b) da publicação das demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro, conforme o caso; o Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora deverá ser igual ou maior do que 1,0, onde:  
  

"Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora": é calculado com base no valor dos dividendos pagos pela Aegea Saneamento à Emissora no Período de Medição, dividido pelo montante total das obrigações fiscais e financeiras, incluindo valores de principal e juros, pagas pela Emissora a seus credores no mesmo Período de Medição.

"Período de Medição": compreende o período entre janeiro e junho e julho e dezembro de cada ano, sendo que, para fins de cálculo do Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida da Emissora, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário carta assinada por seu diretor financeiro ou, na ausência deste, representante legal devidamente responsável por representar a Emissora no âmbito de suas obrigações financeiras, acompanhada de memória de cálculo, atestando o cumprimento do *covenant* na data de verificação de cumprimento de tal *covenant*. A primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.
- (x) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da AEGEA Saneamento que resulte na perda do controle, direto ou indireto pelos Controladores Indiretos sobre a AEGEA Saneamento, sem prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal fim;
- (xi) aquisição, fusão, ou qualquer forma de reorganização societária que resulte na incorporação de ativos que possuam, na data de tal aquisição, fusão ou outra forma de reorganização societária, receita anual consolidada superior a 20% (vinte por cento) da receita líquida consolidada da AEGEA Saneamento apurada nos últimos 12 (doze) meses com base na última demonstração

financeira auditada e publicada, sem prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal fim;

- (xii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, suas controladas diretas ou indiretas, ou pelas Intervenientes Garantidoras, de autofalência ou pedido de falência (ou insolvência, conforme aplicável) não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência, liquidação, dissolução, insolvência (conforme aplicável) ou extinção da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras;
  - (xiii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora e Equipav, caso a Emissora e/ou a Equipav esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (xiv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações ou alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora;
  - (xv) se a Fiança prestada pelas Intervenientes Garantidoras: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora ou pelas Intervenientes Garantidoras; (b) for anulada, considerada nula, ou inválida; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo, desde que, em qualquer das hipóteses tal garantia não seja substituída por garantia aprovada pela totalidade dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;
  - (xvi) caso a presente Escritura, as Fianças e/ou as Garantias Reais sejam declaradas nulas, inválidas ou inexecutáveis;
  - (xvii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
  - (xviii) redução do capital social da Emissora com restituição aos acionistas de parte do valor das ações, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou
  - (xix) rescisão, anulação, encampação, caducidade da concessão objeto do contrato de concessão de subsidiárias da Aegea Saneamento que individualmente representem mais de 20% (vinte por cento) de seu EBITDA (conforme abaixo definido) consolidado dos últimos 12 (doze) meses apurado com base na última demonstração financeira auditada e publicada da Aegea Saneamento ("Controladas Operacionais Relevantes"), exceto caso seja obtida decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da respectiva sociedade dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;
- II. nos casos abaixo, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação de titulares que representem (a) a totalidade das Debêntures em Circulação nas

hipóteses previstas nos itens (iii), (v), (vi), (viii) e (ix) abaixo; e (b) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação no caso das hipóteses previstas nos itens (i), (ii), (iv) e (vii) abaixo. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o imediato vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.4.2 abaixo.

- (i) descumprimento, pela Emissora ou Intervenientes Garantidoras, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura e nos documentos que formalizarão as garantias das Debêntures, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do referido descumprimento pela Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (ii) revelarem-se falsas, enganosas e/ou incorretas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Intervenientes Garantidoras nos documentos relacionados à Emissão, desde que não remediado em 10 (dez) dias úteis pela Emissora e/ou Interveniente Garantidoras contados de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido ou da ciência de tal fato, conforme aplicável;
- (iii) não pagamento na data de vencimento de qualquer obrigação financeira da Emissora ou das Intervenientes Garantidoras, incluindo no mercado de capitais, local e internacional, em montante unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão), desde que não remediado no prazo de cura aplicável ou em até 2 (dois) dias úteis caso não haja prazo de cura específico;
- (iv) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra as Intervenientes Garantidoras cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou contra as Intervenientes Garantidoras cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, exceto se a Emissora ou as Intervenientes Garantidoras, conforme aplicável, comprovarem ao Agente Fiduciário: (i) no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do protesto, que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou, (ii) no mesmo prazo, que os efeitos do protesto foram suspensos por decisão judicial;
- (v) descumprimento dos seguintes *covenants* financeiros, auferidos em bases anuais a partir das demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Aegea Saneamento para a datas-base de 31 de dezembro de cada ano, exceto para a primeira verificação a ser realizada após a alteração do covenant nos termos do item (a) (ii) abaixo, que será realizada em 30 de junho de 2018: (a) Dívida Financeira Líquida/EBITDA (i) igual ou menor a 3,5 até 31 de dezembro de 2017, sendo certo que tal índice deverá permanecer igual ou menor a 3,0 até que ocorra a anuência pelo IFC, nos termos da cláusula 6.02 do *Loan Agreement* celebrado em 22 de junho de 2012 entre Aegea Saneamento, Equipav e IFC (conforme aditado de tempos em tempos, o "Contrato de Financiamento IFC"), para adequação de tal índice, conforme informado e comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) igual ou menor a 3,0 a partir de 30 de junho de 2018; e (b) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida: igual ou maior a 1,3. Após a obtenção da anuência mencionada no item (a) (i) acima, a Aegea Saneamento deverá observar os parâmetros de Dívida Financeira Líquida/EBITDA estabelecidos nos itens (a) (i) e (ii) acima;

Onde:

"Dívida Financeira Líquida" significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras da Aegea Saneamento Consolidada;

"Dívida Total": significa, a somatória de (I) todos os endividamentos da Aegea Saneamento consolidada no que diz respeito a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito e financiamentos a projetos; (II) todas as obrigações da Aegea Saneamento consolidada representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações da Aegea Saneamento consolidada, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens do imobilizado, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de derivativos.

"EBITDA": significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Aegea Saneamento consolidado, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

"Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)": representa a capacidade de pagamento da dívida da Aegea Saneamento e é calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais acrescido das captações de dívida, aportes de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da empresa, que inclui o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

- (vi) descumprimento do seguinte *covenant* financeiro da Emissora, auferido semestralmente a partir das informações financeiras da Emissora não auditadas de 30 de junho e auditadas de 31 de dezembro de cada ano, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio do balanço semestral não auditado da Emissora ou das demonstrações financeiras auditadas da Emissora de 31 de dezembro de cada ano, conforme o caso, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e sendo certo que os balanços semestrais não auditados da Emissora deverão ser apresentados pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua emissão: a Dívida Total da Emissora deverá respeitar o nível máximo de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), exceto se Dívida Total da Emissora superior for aprovada pela totalidade dos Debenturistas, onde:

"Dívida Total da Emissora": significa a somatória de (I) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens do imobilizado, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de

derivativos. Não se aplicam à somatória acima quaisquer valores atinentes a obrigações financeiras diferentes do principal, incluindo, mas não se limitando, a juros remuneratórios, juros moratórios, comissões de permanências, multas (compensatórias e não compensatórias) e custos diferidos.

- (vii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pelas Controladas Operacionais Relevantes, exceto caso a Aegea Saneamento obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades das Controladas Operacionais Relevantes dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Aegea Saneamento de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;
- (viii) não manutenção de *rating* local corporativo mínimo emitido para AEGEA Saneamento em BBB ou *pari passu* com qualquer outro covenant que tenha como referencia o rating corporativo da AEGEA Saneamento. Desta forma, o limite mínimo permitido será a maior nota entre a definida nesta Emissão, ou seja, BBB, e aquelas que venham a ser estipuladas em futuras obrigações financeiras ou incluídas às obrigações atuais. Para efeito de cumprimento deste covenant, será considerada a menor nota de crédito atribuída entre as agências Moody's Investors Service, Standard & Poor's Financial Services LLC ou Fitch Ratings Inc.; e/ou
- (ix) contratação, pela Aegea Saneamento e/ou por suas Controladas Operacionais Relevantes de financiamentos que limitem seus respectivos fluxos de dividendos, exceto por contratos que tenham as mesmas condições e parâmetros dos contratos vigentes nesta data, quais sejam: (a) o Contrato de Financiamento IFC; (b) os contratos de financiamento mediante abertura de crédito celebrados em 10 de janeiro de 2012 e 9 de outubro de 2013 entre a Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Prolagos”) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES (“BNDES”); (c) os contratos de financiamento mediante repasse celebrados em 11 de abril de 2013 entre a Caixa Econômica Federal e a Águas Guariroba S.A. (“Águas Guariroba”); (d) o *Term Facilities Agreement* celebrado em 22 de dezembro de 2014 entre Águas de Barra do Garças Ltda., Águas de Matão S.A., Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A., Águas Guariroba S.A., AEGEA Saneamento e o Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Economique; (e) o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, datado de 18 de agosto de 2014; e (f) o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convogada em Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A., datado de 20 de agosto de 2014.

5.4.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao saldo do

Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.4.3 No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.4 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados da emissão de balanço semestral não auditado da Emissora, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para tal apresentação, e da publicação das demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano, demonstrativo de cálculo para verificação do cumprimento dos *covenants* financeiros aplicáveis à Emissora; fica desde já acordado que os *covenants* financeiros da Emissora serão acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário, conforme previsto nas Cláusulas 5.4.1.1.I e II. A memória de cálculo dos *covenants* financeiros da Emissora deverão ser assinados pelo diretor financeiro ou, na ausência deste, representante legal devidamente responsável por representar a Emissora no âmbito de suas obrigações financeiras e ser disponibilizados pela Emissora ao Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - (b) dentro de, no máximo, 10 (dez) dias contados da publicação das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, cópia de tais demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura;
  - (c) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas da Aegea Saneamento relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e memória de cálculo para verificação do cumprimento dos *covenants* financeiros aplicáveis à Aegea Saneamento, com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos *covenants* financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos *covenants* financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como de declaração assinada por representante da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que seus bens foram mantidos devidamente assegurados;
  - (d) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as



assembleias gerais da Emissora, se houver;

- (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Emissora, ou R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso das Intervenientes Garantidoras ou seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão) em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da referida correspondência;
  - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos de natureza pecuniária indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 2 (dois) dias úteis após a data em que tiver tomado conhecimento;
  - (g) informações a respeito de qualquer dos eventos de natureza não pecuniária indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 5 (cinco) dias úteis após a data em que tiver tomado conhecimento;
  - (h) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras devam apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (conforme alterada, a "Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (iv) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuação pelo órgão governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão);
- (v) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) notificar, em até 2 (dois) dias úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xiv) manter sempre válidas e em vigor (ou solicitar aos devidos órgãos competentes) as licenças e autorizações que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;

- (xvii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xviii) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xix) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xx) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xxi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- (xxiii) cumprir e fazer com que a Equipav, a Aegea Saneamento e as Controladas Operacionais Relevantes cumpram rigorosamente com o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, em especial na Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas trabalhistas e ambientais em vigor;
- (xxiv) fazer com que a Aegea Saneamento e suas Controladas Operacionais Relevantes não celebrem contratos de financiamento que limitem seus respectivos fluxos de dividendos, exceto (a) por contratos que tenham sido aprovados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (b) que tenham as mesmas condições e parâmetros dos contratos já celebrados e elencados na Cláusula 5.4.1.1. acima;
- (xxv) fazer com que não ocorra qualquer alteração material adversa em suas condições econômicas, financeiras, reputacionais ou operacionais;

6.1.1 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou

emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

6.2 As Intervenientes Garantidoras (conforme aplicável) obrigam-se a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) (1) no caso da Equipav, dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas relativas ao respectivo exercício social; e (2) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte das Intervenientes Garantidoras das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
- (ii) no caso da Equipav, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, se houver;
- (iii) informações a respeito de qualquer dos eventos de natureza pecuniária indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 2 (dois) dias úteis após a data em que tiver tomado conhecimento;
- (iv) informações a respeito de qualquer dos eventos de natureza não pecuniária indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 5 (cinco) dias úteis após a data em que tiver tomado conhecimento;
- (v) todos os demais documentos e informações que as Intervenientes Garantidoras devam apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão;
- (vi) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer atuação pelo órgão governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Equipav de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 ( dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão);
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) no caso da Equipav, não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) no caso da Equipav, manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pelas Intervenientes Garantidoras;
- (xi) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, caso esta não os realize;
- (xii) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;

- (xiii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;
- (xiv) no caso da Equipav, não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xv) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xvi) salvo nos casos em que, de boa-fé, as Intervenientes Garantidoras estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xviii) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, pelo pontual pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xix) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, por todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário; e
- (xx) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, em especial na Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Equipav, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas trabalhistas e ambientais em vigor.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora ("Agente Fiduciário"), com o objetivo de cumprir os deveres estabelecidos nesta Escritura, na legislação e nos Contratos de Garantia.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;

- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (v) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas Cláusulas e condições;
- (vi) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (viii) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (conforme alterada, a "Instrução CVM 28");
- (ix) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (x) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xii) que está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832 de 31 de outubro de 1990;
- (xiii) o representante legal que assina a presente Escritura tem poderes para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposto em seu Estatuto Social; e
- (xiv) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e demais documentos da operação, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das referidas garantias.

7.1.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.1.3 Além da presente Emissão, o Agente Fiduciário atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora e de suas sociedades coligadas, controladas, controladoras ou integrantes de seu grupo econômico: (i) na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Aegea Saneamento, com vencimento em 25 de abril de 2015, em que foram

emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), sendo que, até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento no âmbito de tal emissão. Na data de sua emissão, as debêntures de 2ª emissão da Aegea Saneamento eram garantidas por (a) garantia fidejussória da Engepav Engenharia e Comércio Ltda. ("Engepav"); (b) penhor de ações equivalentes a 54,39% (cinquenta e quatro vírgula trinta e nove por cento) do capital social da Aegea Saneamento, detidas pela Emissora e pelo Saneamento 100% Fundo de Participações, sendo que tal penhor é compartilhado com o IFC; e (c) cessão fiduciária de 50% (cinquenta por cento) dos recebíveis do fluxo de dividendos distribuídos pela Prolagos, Águas Guariroba e Engepav à Aegea Saneamento, conforme previsão na escritura de tal emissão e nos respectivos contratos de garantia; e (ii) na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 24 de setembro de 2019, em que foram emitidas 140 (cento e quarenta) debêntures, na data de sua emissão, no montante de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), sendo que, até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento no âmbito de tal emissão, tendo sido verificado apenas evento de amortização. Na data de sua emissão, as debêntures de 1ª emissão da Emissora eram garantidas por (a) garantia fidejussória das Intervinentes Garantidoras; (b) por penhor, em primeiro grau, de ações equivalentes a 21% (vinte e um por cento) da Aegea Investimentos, detidas pela Emissora; (c) por penhor, em segundo grau, de ações equivalentes a 42,30% (quarenta e dois vírgula trinta por cento) do capital social da Aegea Investimentos, detidas pela Emissora; e (d) por cessão fiduciária de recebíveis do fluxo dividendos distribuídos pela Aegea Investimentos à Emissora com relação às ações objeto do penhor de primeiro grau acima mencionada e a direitos creditórios oriundos das contas correntes mantidas pela Aegea Investimentos no Itaú Unibanco S.A., agência 8541, números 14810-5 e 14811-3, bem como os investimentos realizados com os recursos de tais contas, conforme previsão na escritura de emissão e nos respectivos contratos de garantia.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para inscrição desta Escritura sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;



- (ix) verificar a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das garantias reais e garantia fidejussória;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, e de forma justificada e por escrito, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma do grupo societário da Emissora, contendo controladores e integrantes de bloco de controle, controladas, sociedades sob controle comum e coligadas, no encerramento de cada exercício social, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, vendas, resgate, conversão e repactuação de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
  - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo Grupo Econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ciência pelo Agente Fiduciário de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) verificar a manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas; e
- (xxii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pelo Agente Fiduciário e verificado pela Emissora.

7.4.1 Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de tais documentos, os quais permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.4.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

7.4.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns específicos estabelecidos na Cláusula 8ª desta Escritura.

7.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

7.4.5 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos *covenants* financeiros.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, uma vez não remediado no respectivo prazo de cura e observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a Fiança e as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso seja de interesse dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Escritura e as seguintes na mesma data dos anos subsequentes.

7.7.1 As parcelas referidas na Cláusula 7.7 supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.7.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.7.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta indicada pelo Agente Fiduciário a ser realizado pela Emissora.

7.8 A Emissora, mediante, sempre que possível, prévia aprovação por escrito, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, bem como de cópia dos respectivos documentos fiscais, caso aplicável.

7.8.2 No caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas, taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8.3 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iv) despesas com *conference call* e contatos telefônicos;
- (v) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, bem como com alimentação e transporte, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.5 O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas na Cláusula 7.8.3 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidades aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

8.3.1 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas far-se-á mediante edital publicado por 3 (três) vezes, com a antecedência de 20 (vinte) dias, em um jornal de grande circulação, utilizado pela Emissora, sendo dispensada a necessidade de convocação no caso de presença dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.8.1 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.8.1 - Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 8.8 acima (i) as alterações relacionadas a prazos, amortização (incluindo Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória), resgate, remuneração das Debêntures, (ii) alteração, *waiver* e/ou renúncia dos termos e condições da Fiança e Garantias Reais (incluindo alterações nas Cláusulas 4.9, 4.10 e 4.11 e nos Contratos de Garantia), (iii) alteração, renúncia e *waiver* das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, ou (iv) qualquer alteração de quórum, os quais dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação ("Quorum Qualificado").

8.8.1.2 Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.8.1.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

**9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS**

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída e organizada, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, inclusive ambientais, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;

- (xii) a Emissora tem todas as autorizações, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (xii), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para exercício de suas atividades;
- (xiii) o balanço da Emissora, data-base de 31 de Dezembro de 2014, representa corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborado em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiv) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima;
- (xv) responsabiliza-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidas com a Emissão;
- (xvi) inexistente investigação formal, processo administrativo ou judicial, no Brasil ou no exterior, conforme aplicável, referente à prática de corrupção, suborno ou de atos lesivos à administração pública, conforme a Lei Federal Brasileira nº 12.846/13, conforme aplicável, envolvendo a Emissora e/ou empresas do Grupo Econômico da Emissora.

9.2 As Intervenientes Garantidoras declaram e garantem que:

- (i) estão devidamente autorizadas e possuem plenos poderes e capacidade jurídica para celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, no caso da Equipav, necessários para tanto;
- (ii) a Equipav é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante das Intervenientes Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual as Intervenientes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Intervenientes Garantidoras ou de qualquer de seus controladores, exceto por aqueles já existentes na presente data e/ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Intervenientes Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a



realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCESP e nos Cartórios e o registro das Debêntures junto à CETIP;

- (vi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo as Intervenientes Garantidoras perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vii) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica das Intervenientes Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e as Intervenientes Garantidoras; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;
- (ix) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (x) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação às Intervenientes Garantidoras e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e
- (xi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e Intervenientes Garantidoras:

### **AEGEA INVESTIMENTOS S.A.**

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1744, 8º andar, sala 20, Jardim Paulistano  
01451-910, São Paulo, SP, Brasil

At.: Ana Paula Fernandes Achcar/Silvia Leticia Tesseroli

Telefone: (11) 3818-8150

Fax: (11) 3818-8156

Email: op.financeiras@aegea.com.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

### **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal  
São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Sr Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
São Paulo, SP

CEP 04538-132

At.: Sr Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481 ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais, sendo certo que, para fins de obrigações e prazos de cura aplicáveis à Emissora estabelecidos nas cláusulas 2.1.2.1, 2.1.2.2, 4.8, 4.10.3, 5.4.1.1 e 6.1 desta Escritura, considerar-se-á "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais, estaduais e municipais nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e Intervenientes Garantidoras.

## 11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 9 (nove) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

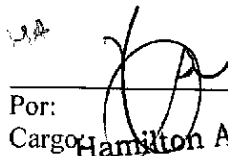
\*\*\*\*

São Paulo, 29 de abril de 2015.

[Página 1 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Aegea Investimentos S.A.]

**EMISSIONA:**

**AEGEA INVESTIMENTOS S.A.**

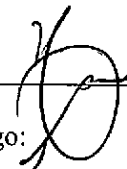
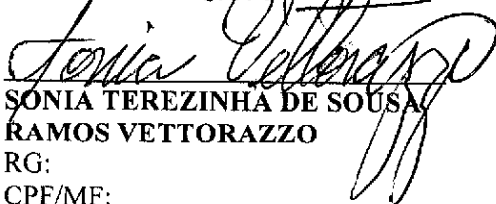
Por:   
Cargo: **Hamilton Amadeo**  
RG: 32.542.228-X  
CPF: 039.375.108-03


Por:   
Cargo: **Flavio M. Tarchi Crivellari**  
RG: M 667.862-4  
CPF: 585.468.616-14


[Página 2 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Aegea Investimentos S.A.]

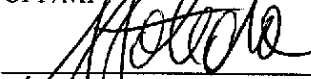
**INTERVENIENTES GARANTIDORAS:**

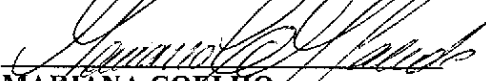
**EQUIPAV S/A PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO**


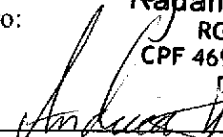
HA  
Por:  **Hamilton Amadeo**  
Cargo: RG: 32.542.228-X  
CPF: 036.375.108-03  
  
**SONIA TEREZINHA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**  
RG:  
CPF/MF:

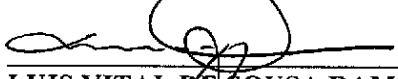
  
**ROBERTA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**  
RG:  
CPF/MF:

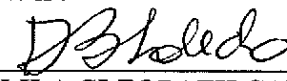
  
**RICARDO EUGENIO DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**  
RG:  
CPF/MF:

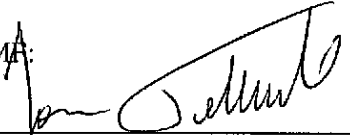
  
**SÉRGIO LUIS BOTELHO DE MORAES TOLEDO**  
RG:  
CPF/MF:

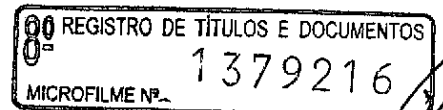
  
**MARIANA COELHO DE MORAES TOLEDO**  
RG:  
CPF/MF:

RC  
Por:  **Radamés Casseb**  
Cargo: RG 483611  
CPF 469.079.982-20  
Diretor  
  
**ANDREIA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**  
RG:  
CPF/MF:

  
**LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO**  
RG:  
CPF/MF:

  
**DALILA CLEOPATH CAMARGO BOTELHO DE MORAES TOLEDO**  
RG:  
CPF/MF:

  
**JOSÉ CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO**  
RG:  
CPF/MF:

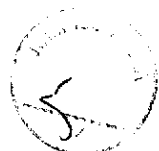
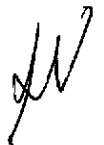


[Página 3 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Aegea Investimentos S.A.]

**AGENTE FIDUCIÁRIO:**

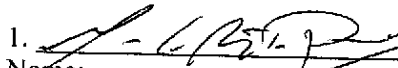
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

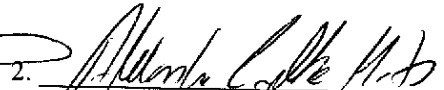
Por:   
Cargo: **Paulo Luiz Ferreira**  
**Procurador**



[Página 4 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Aegea Investimentos S.A.]

TESTEMUNHAS:

1.   
Nome: **Marcelo Roberto Passos-Viana Filho**  
RG: **RG 08636914-80 SSP/BA**  
**CPF 019.448.335-52**

2.   
Nome: **Alexandre Coelho Matias**  
RG: **RG 28.405.881-6 SSP/SP**  
**CPF: 375.604.978-70**





Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça  
Iss

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20  
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial  
Protocolado e prenotado sob o n. **1.379.216** em  
**05/05/2015** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **1.379.216**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 05 de maio de 2015

Total R\$ 13.913,99

Selos e taxas  
Recolhidos p/verba

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial  
Diego Anhello Notarnicola - Escrevente Autorizado







